tabeleça com ela um diálogo, que o govêrno ouça os seus reclamos, as suas justas reivindicações, e debata com ela a sua proposta. Nada disso aconteceu. Categorizados líderes desta Casa não sabem o que vem ocorrendo, não sabem o que está acontecendo. Há mesmo aquêles que dizem que é do interesse do Poder Executivo ficar sem orçamento. Pois bem, é preciso que São Paulo saiba, que o Brasil conheça, que o govêrno federal esteja informado, através dos debates, que as Fôrças Armadas também saibam, que o Ministro da Justiça também tome conhecimento, que a minoria não quer deixar São Paulo sem orçamento, que a minoria quer ser ouvida, que a minoria quer que o parlamento paulista seja igual a todos os parlamentos do mundo. Ela não quer clamar no deserto, não quer falar aos peixes; ela quer ser ouvida, quer entender-se com a liderança do govêrno e a liderança do partido do govêrno nesta Casa. Pretendemos dar a São Paulo um orçamento atualizado. O que propomos é digno.

Colocamos o acôrdo, que propomos, em têrmos altos; mas, se a maioria parlamentar persistir em não conversar com a minoria, persistir ignorando os altos propósitos da minoria parlamentar, saiba o Governador, saibam os líderes do govêrno nesta Casa, os partidos aliados ao govêrno e o Partido Social Progressista, que nós seremos obrigados a lançar mão de todos os meios e modos de que dispomos, de tôdas as horas que o Regimento nos garante, para discutir desta tribuna o orçamento do Estado, não obstruindo, mas procurando convencer as lideranças do govêrno, procurando convencer o govêrno de São Paulo de que o orçamento original não é uma peça perfeita, precisa ser reparada e os reparos que pretendemos são aquêles que lemos demoradamente desta tribuna, por duas vêzes, são aquêles que foram publicados, são aquêles que vários parlamentares têm produzido desta tribuna. Não venha amanhã o Governador Adhemar de Barros, em praça pública, acusar a minoria parlamentar de ter-lhe negado o orçamento, porque nós diremos também que não negamos, que o que êle pretendeu foi impor a uma Assembléia genuflexa diante do seu poder, o orçamento que êle quis. O que êle desejou foi extorquir de uma Asembléia sem nenhum esbôço de reação a peça original que para aqui mandou, sem ouvir nenhuma ponderação, colocando-se na posição de um chefe absoluto. Fica aí o nosso alerta, o alerta da minoria parlamentar aos poderes desta República, ao Chefe da Nação, aos ministros de Estado, aos chefes das Fôrças Armadas, ao Govêrno do Estado, aos homens de responsabilidade da pátria brasileira, de que a minoria pretende dar o orçamento a São Paulo mas que, para o Governador Adhemar de Barros e para os seus líderes na Assembléia Legislativa, interessa ou o orçamento que êle mandou ou nenhum outro orçamento!

O Sr. José Lurtz Sabiá (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Cardoso Alves, divirjo da tese de V. Exa. Acho que êste seria um momento de valor extraordinário para o Poder Legislativo, especialmente para a minoria parlamentar. Negar o orçamento para o Governador seria um dos atos mais sublimes desta Assembléia, porque só assim se manteriam os atos do Governador debaixo da fiscalização permanente desta Casa. Somente negando o orçamento para o Governador é que o obrigaríamos a vir a esta Assembléia buscar as leis, as verbas de que necessitasse. Êste seria um grande momento para o Parlamento paulista. No início da sessão, eu estava ansioso por ouvir o pronunciamento do nobre deputado Araripe Serpa, tão afeito às questões de ordem, para que pudéssemos levar até a madrugada esta sessão, sem iniciar os debates, como foi feito com a Lei de Caráter Financeiro, aprovada no mês de junho. No entanto, apenas êste humilde deputado levantou questão de ordem. Digo a V. Exa., nobre deputado Cardoso Alves, e à própria minoria, que êste é um momento sublime para que São Paulo e o Brasil saibam que, pela primeira vez na história, uma minoria, conseguiu impedir a aprovação do orçamento, em benefício do próprio Estado — e por que não dizer? — do próprio Brasil, porque obrigaríamos o Governador a vir a esta Assembléia, periodicamente, para buscar as e não aprovar-se um orçamento de 500 bilhões. A liderança das oposições passadas, através dos nobres deputados Hilário Torloni e Marco Antônio, aqui condenavam o Governador Carvalho Pinto, porque mandava um Plano de Ação, chamando-o de "cheque em branco". No caso presente, não vamos entregar um cheque em branco. O que fazemos é quase entregar um cheque sem fundos ou com fundos, mas sem nehuma fiscalização. Êste seria o momento, pois, para negarmos o orçamento. E se V. Exas. desejarem, o Governador não o terá.

O SR. CARDOSO ALVES — A argumentação de V. Exa., até certo ponto, procede. Mas V. Exa., muito embora ilustre membro da minoria parlamentar, expende um ponto de vista próprio, uma opinião particular. Não pretende, a minoria, repito, deixar o Poder Executivo sem orçamento. Pretendemos votar um orçamento racional. Todos nós pretendemos um diálogo entre o Poder Executivo e o Poder Legilsativo, fazendo com que os agentes, os representantes do Poder Executivo ouçam a minoria parlamentar, que pretende ajudar o Govêrno com ponderações certas, justas e dignas. Não pretendemos que vigore em 1964 o orçamento de 1963. Pretendemos atualizar o orçamento, pela inflação, pelo aperfeiçoamento da máquina administrativa, pelo crescimento vegetativo da arrecadação. Pretendemos dar ao Govêrno um orçamento atualizado. Não pretendemos que êle tenha, como muito bem diz V. Exa., um cheque em branco, não pretendemos que disponha ao seu alvedrio de tôdas as verbas do erário. Pretendemos limitar a ação do Poder Executivo, mas de maneira justa, que não diminua sua autoridade. Sua autoridade nasceu do povo e precisa ser respeitada, tanto quanto respeitada precisa ser a autoridade dêste Parlamento.

Não queremos um Poder Executivo genuflexo diante da Assembléia, como não queremos uma Assembléia genuflexa diante do Poder Executivo. Queremos ambos se entendendo, na harmonia e na independência imposta pela Constituição no Poderes do Estado. Pretendemos que nossa voz seja ouvida pelo Poder Executivo.

Por isso, e só por isso, pela magnitude da matéria, pela plenitude da matéria de que trata esta Assembléia neste momento, é que o ilustre líder da minoria, o ilustre deputado Araripe Serpa, não se dispôs a fazer uma guerrilha de questões de ordem, impedindo à Assembléia o exame detalhado da peça orçamentária.

Não. Pretendemos que o Brasil conheça o orçamento que o Sr. Adhemar de Barros colocou perante a Assembléia Legilsativa. Pretendemos que os responsáveis por esta Nação conheçam, também, as justas ponderações da minoria Parlamentar, pretendemos que tôdas as autoridades públicas conheçam o que pretende a minoria, as sugestões da minoria e o modo pela qual o Executivo reage a estas ponderações.

Talvez o Executivo pretenda ficar sem o orçamento mas êste já é outro problema que será, sem dúvida alguma, entregue à responsabilidade do govêrno federal. Tem o aparte o nobre deputado Arruda Castanho.

O Sr. Arruda Castanho — (Com assentimento do orador.) — Nobre deputado Cardoso Alves, todos os deputados que vem lutando nesta Casa há vários anos sabem a importância do papel da minoria para conter os governos nos seus excessos. E' deste equilíbrio entre minoria e maioria que saem as peças orçamentárias mais aperfeiçoadas, e em tôdas as leis que se referem a assuntos financeiros há que haver a contenção da minoria. E esta tese, nobre deputado, não é uma tese erlada por nós outros, que hoje somos minoria. E' uma tese antiga e defendida aqui por ilustres deputado da minoria no passado e da maioria de então. Não posso entender como não possa haver um diálogo entre maioria e minoria para que possamos chegar a um acôrdo, expungindo-se o orçamento daquilo que a minoria vigilante no seu dever de vigilância deseja, sem dificultar a ação do governador.

Nenhum de nós da minoria desta Casa pretende negar ao Sr. Adhemar de Barros um orçamento, mas um orçamento equilibrado, um orçamento onde não haja excessos, um orçamento onde não caibam rubricas que sejam destinadas a dinheiros para fins políticos. Se V. Exa. me permite continuar com o aparte, gostaria, já que é muito interessante guardar papéis velhos e trechos de discursos que lerei quando fôr à tribuna, de lembrar a V. Exa. as memoráveis palavras do ilustre deputado da maioria, Hilário Torloni, em 7 de novembro de 1959, quando discutia com o deputado Luciano Nogueira Filho, que era govêrno nesse tempo...

O SR. CARDOSO ALVES — E que é govêrno!

O Sr. Arruda Castanho — ... e não sei quando deixou de ser govêrno...

O SR. CARDOSO ALVES — Que ainda é govêrno.

O Sr. Arruda Castanho — era govêrno e que é govêrno...

O Sr. Arruda Castanho — ... dizia primeiro o nobre deputado governista de ontem, governista de hoje e governista de amanhã.

Dizia o Sr. Luciano Nogueira Filho:

(Lê): "Vejo no mau uso da obstrução sua consequente desvalorização ou manifestação política e citei o exemplo dos créditos extraordinários do ex-Governador Jânio Quadros que podem ser obstruídos nesta Casa e nenhuma repercussão terá tal obstrução na opinião pública, que já setá acostumada em ver a Assembléia funcionar por essa via".

E respondendo então o nobre líder da minoria, o deputado Hilário Torloni, que hoje é maioria, como o Sr. Luciano Nogueira Filho — perdoe-me S. Exa. por não estar presente — dizia o Sr. Hilário Torloni com aquela sua voz tão conhecida de todos, com aquela voz cavernosa:

Lê) "V. Exa. cinge-se à crítica do trabalho obstrucionista da minoria parlamentar. V. Exa. citou duas finalidades que devem orientar uma obstrução parlamentar. Admira-me que o nobre deputado Luciano Nogueira Filho, homem lído e profundo conhecedor da literatura política não apenas nossa, mas de outros países, uma das razões pelas quais há longos anos admiro a extensão e a profundidade da cultura que possui, admira-me que tenha esquecido da terceira finalidade da discussão, importantíssima, com a qual S. Exa. vai concordar porque incorreu apenas em esquecimento ao não citá-la. Disse S. Exa. que a minoria deve obstruir por duas razões: primeira, para chegar ao prazo fatal da discussão de um determinado projeto e assim evitar que seja aprovado. E' o caso de um aumento de impostos que, se não votado, não sancionado até 31 de dezembro, não poderá entrar em vigor no exercício financeiro seguinte. Está justificada uma primeira finalidade da obstrução. Uma segunda para a oposição colocar seus pontos de vista, para ferretear erros e para defender suas teses. Concordo plenamente mas falta a terceira. A minoria, muitas vêzes, obstrui para evitar mal maior. Sabe V. Exa que numa pauta de trabalhos muitas vêzes a minoria obstrui o primeiro projeto, não pela sua natureza, pelo seu conteúdo, pelo seu teor. Não. E' pelo que se lhe segue, para evitar um mal maior. E a minoria está fazendo isto há meses, primeiro, na tentativa, que foi vã, de não ver aprovado, pura e simplesmente, o Projeto de lei n. 1.335-59, ou seja, o crédito de 100 bilhões de cruzeiros. Queríamos levar a nossa obstrução até às últimas consequências na tentativa de forçar a maioria a acolher algumas sugestões nossas que julgávamos e julgamos não apenas úteis mas até imprescindíveis para o aprimoramento daquele projeto. Então, obstruímos com outros projetos, sei lá quais sejam, nem me lembro quais foram, mas usamos a meu ver o terceiro recurso, de que V. Exa. se esqueceu, se olvidou apesar de conhecê-lo bem".

O nobre deputado Hilario Torloni, líder da minoria de então, achava que devia haver uma obstrução para que o Govêrno fizesse o diálogo, para que existisse um diálogo com a maioria e minoria e que daí saísse aprimorada a lei que se referisse a questões financeiras. Não entendo por que agora o nobre deputado, que era minoria, que hoje não é mais liderada pelo deputado Hilário Torloni, porque S. Exa. hoje, mercê da política, está na maioria, não entendo por que S. Exa. não quer travar êsse diálogo. O que a minoria deseja são cousas pequenas, pequenas e justas. Não desejamos negar ao Govêrno o orçamento. Às vêzes temos a impressão de que o Govêrno deseja não obter o orçamento, às vêzes temos a impressão de que êle evita o diálogo porque a êle interessa não obter o orçamento. Mas queremos dizer ao Sr. Governador Adhemar de Barros que aqui não é Câmara Municipal, não, nobres deputados, aqui êle não é o Prefeito de São Paulo com as calamidades públicas, que aqui há uma minoria, pequena minoria, mas uma minoria aguerrida, uma minoria treinada, uma minoria coesa, uma minoria como era a minoria do então líder Hilário Torloni, uma minoria que há de fiscalizar os atos do Sr. Adhemar de Barros e que irá até as últimas consequências para que êle não exorbite nas suas funções de Governador, de homem que deve distribuir o dinheiro público para o bem estar do Estado. Está enganado, nobre deputado Cardoso Alves, o líder da maioria de hoje, que disse estas palavras quando era líder da minoria de ontem, e êsse homem não deve ter mudado, é o mesmo homem, é o mesmo Sr. Hilário Torloni, e acreditamos no seu patriotismo, sabemos que é homem tão honrado que não vai desdizer tudo aquilo que disse e que lemos desta tribuna. Está enganado e contamos, nobre deputado Cardoso Alves, que o nobre deputado Hilário Torloni há de reconhecer o direito legitimo da minoria de entrosar-se democràticamente com a maioria, não para negar um orçamento ao Govêrno, não para deixar o Govêrno como vítima, amanhã, perante a opinião pública, não para deixar o Sr. Adhemar de Barros nos palanques a dizer que a Assembléia lhe negou o orçamento e que êle, então, tem que invocar as calamidades públicas, que não invocará no Estado como invocou na Prefeitura, para exame "a posteriori" da Câmara. Não poderá o Sr. Adhemar de Barros querer, nobre deputado Cardoso Alves, usar dessa arma para sufocar a minoria. A solução vem do equilíbrio da minoria e da maioria e com êsse direito reconhecido pelo nobre deputado Hilário Torloni quando era líder da minoria e quando era da maioria o nobre deputado Luciano Nogueira Filho, que está sempre na maioria, que não muda nunca. Essas palavras do nobre deputado Hilário Torloni e outras que serão lidas aqui vão demonstrar que S. Exa. não é homem que mude de atitudes, que evolui. O nobre deputado Hilário Torloni, se já era hábil, se já era inteligente, se já queria um diálogo, se já reconhecia o direito da minoria, deve ter evoluído um pouco nesta luta, neste debate e hoje nós conflamos no nobre deputado Hilário Torloni, para ao menos fazer justiça a esta minoria, a esta minoria que não quer negar orçamento ao Govêrno, mas quer democràticamente expungir, quer joeirar êste orçamento, expungir o orçamento daquilo que achamos errado e que o Sr. Hilário Torloni achava errado ontem. Portanto, nobre deputado, nós estamos num direito democrático, num direito legítimo e se o Sr. Adhemar de Barros não deseja o orçamento, nobre deputado João Batista Botelho, êle não poderá ir a Araçatuba e dizer ao povo de lá que a Assembléia lhe negou o orçamento por paixões políticas, por interêsses de grupos. Êle não poderá nunca dizer isso porque nós queremos o diálogo, nós queremos um entendimento, nós queremos que a maioria se renda a um direito legítimo da minoria. Não estamos pedindo um asfacelamento do orçamento, não estamos pedindo a comida do pobre no hospital, não estamos pedindo a comida do doente, estamos fazendo os cortes naquelas rubricas onde o Govêrno pode ter elasticidade e gastar impunemente o nosso dinheiro sem a fiscalização da Assembléia. Portanto, nobre deputado Cardoso Alves — o meu aparte já foi longo — quero dizer a V. Exa. que ficou marcada aqui a posição da minoria parlamentar que não quer negar ao Governador Adhemar de Barros o orçamento, mas que não lhe vai dar — como dizia o nobre deputado Hilário Torloni — um cheque em branco, esmagada pela vontade da maioria parlamentar.

O SR. CARDOSO ALVES — V. Exa. tem tôda a razão, nobre deputado Arruda Castanho. O que a minoria pretende é a parada da política tributária. Não pretendemos aumentos de impostos. Pretendemos que o govêrno declare isto, porque julgamos que as nossas populações não mais suportam aumento de impostos, principalmente do impôsto de vendas e consignações. Queremos cortes na rubrica destinada à admissão de pessoal variável. Permitiremos um aumento razoável das dotações, mas queremos opor uma pequena restrição ao empreguismo. Queremos, a seguir, a divisão setorial de gastos do Executivo, para obter daquele poder um esbôço, um planejamento administrativo, e queremos, finalmente, usar estas economias para o justo imperativo aumento do funcionalismo estadual. Sómente isto, nobres deputados.

Sómente isto o que pretendemos. E parece que até agora falamos no deserto pois, há uma semana que a minoria fala com a maioria parlamentar, através da tribuna, através da imprensa, através dos microfones dêste plenário e até hoje nenhuma voz da maioria veio acolher cordialmente nossas sugestões.

Pura e simplesmente, até agora nos ignoraram, supondo que nós nos atirássemos a seus pés. Não desafiamos a maioria. Apenas sugerimos, apenas pedimos, apenas aconselhamos. Não fazemos obstrução. Iremos até o fim, nestas vinte horas, em busca de convencermos a maioria. Argumentamos, pedimos, clamamos, imploramos, pelo bem de São Paulo, para que a maioria ouça a minoria parlamentar.

Tem o aparte o nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — Já havia pedido êste aparte antes que V. Exa. concedesse um ao nobre deputado Arruda Castanho.

O SR. CARDOSO ALVES — V. Exa. me desculpe.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — Entretanto, a concessão do aparte, primeiramente ao deputado da minoria, só pode honrar o deputado brilhante, operoso e decente que V. Exa. é.

O SR. CARDOSO ALVES — V. Exa. havia solicitado o aparte e depois sentou-se. Pensei que V. Exa. houvese desistido de me apartear.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — Nobre deputado Cardoso Alves, eis que me encontro surprêso, eis que me encontro sem meios de acreditar em que posição se sustenta efetivamente a minoria. Acabo de ouvir o nobre deputado Arruda Castanho, em longo aparte, corroborando afirmações de V. Exa., inclusive a afirmação de que a minoria não deseja negar o orçamento de 1964. Contudo, anteriormente ouvi o nobre deputado José Lurtz Sabiá, que lidera, juntamente com V. Exa. os deputados da minoria parlamentar, afirmar neste microfone de apartes que seria esta uma noite sublime, pois que a Assembléia iria negar, pela primeira vez, o orçamento ao govêrno de São Paulo. Não sei, nobre deputado Cardoso Alves, se o nobre deputado José Lurtz Sabiá integra e lidera a minoria parlamentar ou se fala por conta própria. Não sei quem está em condições de falar em nome da minoria parlamentar: se V. Exa., que afirma que não deseja impedir a aprovação do orçamento, ou o nobre deputado José Lurtz Sabiá, que afirmou que esta seria uma noite sublime para a Assembléia, se esta pudesse negar o orçamento. Ficaria feliz se V. Exa. pudesse esclarecer-me e ao Plenário essa situação equívoca em que se encontra a minoria, através da palavra dos dois líderes da minoria, que são V. Exa. e o nobre deputado José Lurtz Sabiá.

O Sr. Cardoso Alves — O aparte de V. Exa. nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes, pretendeu uma ironia, mas veio eivado de uma ironia grosseira, que não faz jus à fina inteligência de V. Exa. Apenas o deputado José Lurtz Sabiá falou em "momento sublime" e em "rejeição do orçamento" e o orador que ocupa a tribuna neste instante afirmou alto e bom som, e repeto-o agora, que o deputado José Lurtz Sabiá, muito embora filiado à minoria parlamentar, falava sob a sua própria responsabilidade, em seu nome próprio e pessoal, e seu pronunciamento não envolvia a quem quer que fôsse da minoria parlamentar, a não ser S. Exa. somente S. Exa. e tôda S. Exa. O nobre deputado José Lurtz Sabiá não lidera comigo a minoria parlamentar. Eu poderia ter a honra de liderar ao seu lado a minoria parlamentar. Mas esta honra não me foi dada como também não foi dado ao deputado José Lurtz Sabiá, Lidera a minoria parlamentar, e V. Exa. já o devia ter percebido, deputado arguto e sagaz que V. Exa. é, o nobre deputado Araripe Serpa. Lidera com raro brilho e grande altivez. (Muito bem!) O nobre deputado José Lurtz Sabiá não lidera nem a mim nem ao deputado Arruda Castanho. Lidera a S. Exa. mesmo e a ninguém mais nesta Casa. O nosso líder, o meu líder, o líder do deputado Arruda Castanho, e o líder da minoria parlamentar, é o nobre deputado Araripe Serpa. E V. Exa. sabia muito bem disso antes de me apartear. Talvez por malícia apenas, tentando nos colocar mal, é que V. Exa. disse que a minoria parlamentar era liderada por mim e pelo nobre deputado José Lurtz Sabiá, tendo dito antes que o deputado Arruda Castanho e eu somos também liderados pelo nobre deputado José Lurtz Sabiá. Eu recebo a ironia de V. Exa. como fruto de um momento infeliz de sua inteligência, eis que ela é tão poderosa e poderia fazer ironias muito mais finas e condizentes com a verdade.

Mas a verdade, srs. deputados, é uma só. O ilustre vice-líder do P.S.P., o eminente deputado Gilberto Siqueira Lopes, veio ao microfone, e enquanto eu, que falo neste instante em nome da minoria parlamentar por delegação do líder Araripe Serpa, esperava de S. Exa. uma proposta séria a respeito da seriedade do momento e da importância da lei que esta Assembléia examina, S. Exa. veio pura e simplesmente fazer uma galhofa, uma triste ironia, uma ironia que não condiz com o seu brilho, com a sua inteligência, com a sua argúcia à exposição dêste Plenário. Esperavamos que o líder do P.S.P., o eminente deputado Gilberto Siqueira Lopes, galardoado pelas estrelas de comando do P.S.P. nesta Casa, viria ao microfone dizer que a maioria, que o P.S.P. ouve as nossas ponderações e está dispôsto a conversar conosco a respeito delas, a respeito de nossas sugestões, colocando o debate em têrmos altos. Mas o que infiro de tudo isto, srs. deputados, é que o Governador Adhemar de Barros não está ligando mesmo para o Orçamento. E é preciso que a Nação saiba, e repito-o novamente: a minoria